

Sumário

INTROITO: ZONA QUENTE DE QUESTÕES POR CARREIRA

39

TÍTULO I

DOS FUNDAMENTOS, CONCEITOS, PRINCÍPIOS E NORMAS

1 FUNDAMENTOS DO PROCESSO PENAL	47
1.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos	47
1.2 Fundamentos do processo penal	47
1.3 O poder e seus limites	48
1.4 A limitação do poder pelo processo	48
1.5 A autonomia do processo	48
1.6 O processo penal	48
1.7 O processo penal x direito penal	49
1.8 Síntese gráfica	49
1.9 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço	50
1.9.1 Gabaritos	51
2 FONTES DO PROCESSO PENAL	53
2.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos	53
2.2 Fontes de processo penal	53
2.3 Fontes materiais, substanciais ou de produção	53
2.4 Fontes formais, de revelação, de cognição ou de conhecimento	54
2.4.1 Fontes formais imediatas	54
2.4.1.1 Lei	54
2.4.1.2 Constituição	54
2.4.1.3 Os tratados e convenções internacionais de direitos humanos	54
2.4.2 Fontes formais mediatas	55
2.4.2.1 Jurisprudência	55
2.4.2.2 Princípios	56
2.4.2.3 Atos administrativos	56
2.4.2.4 Costumes	57
2.4.2.5 Indulto presidencial	57
2.5 Síntese gráfica	58
2.6 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço	58
2.6.1 Gabaritos	59
3 SISTEMAS PROCESSUAIS	61
3.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos	61

3.2 Sistemas processuais.....	61
3.3 Sistema inquisitivo.....	61
3.4 Sistema acusatório.....	62
3.4.1 Sistema Adversarial.....	62
3.5 Sistema misto.....	63
3.6 Síntese gráfica.....	65
3.7 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	65
3.7.1 Gabaritos.....	67
4 PRINCÍPIOS REGENTES DO PROCESSO PENAL.....	69
4.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	69
4.2 Princípios regentes do processo penal.....	69
4.3 Princípio da busca pela verdade.....	70
4.4 Princípio devido processo legal.....	71
4.4.1 Princípio da ampla defesa.....	73
4.4.1.1 Defesa técnica.....	73
4.4.1.2 Autodefesa.....	73
4.4.2 Princípio do contraditório.....	75
4.4.3 Princípio da duração razoável do processo.....	76
4.5 Princípio do duplo grau de jurisdição.....	77
4.6 Princípio do favor rei.....	77
4.7 Princípio do estado de inocência.....	78
4.8 Princípio da publicidade.....	79
4.9 Princípio <i>ne procedat iudex ex officio</i> ou iniciativa das partes.....	79
4.10 Princípio da proibição da utilização de provas ilícitas.....	80
4.11 Princípio da paridade de armas ou igualdade processual.....	80
4.12 Princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i>	81
4.13 Princípio da proporcionalidade.....	86
4.14 Princípio do juiz natural.....	87
4.15 Princípio do promotor natural.....	88
4.16 Síntese gráfica.....	89
4.18 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	90
4.18.1 Gabaritos.....	93
5 NORMA PROCESSUAL NO ESPAÇO.....	95
5.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	95
5.2 Norma processual no espaço.....	95
5.3 Tratados, convenções e regras de direito internacional.....	96
5.4 Prerrogativas constitucionais do Presidente da República e de outras autoridades.....	96
5.5 Processos de competência da Justiça Militar.....	97
5.6 Processos da competência do tribunal especial.....	97
5.7 Crimes de imprensa.....	97
5.8 Outras exceções.....	97
5.9 Síntese gráfica.....	98
5.10 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	99
5.10.1 Gabaritos.....	100
6 NORMA PROCESSUAL NO TEMPO.....	101
6.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	101
6.2 Introdução.....	101
6.3 Normas processuais heterotópicas.....	102
6.4 Normas processuais híbridas ou mistas.....	102
6.5 Retroatividade e ultra atividade da norma processual.....	103
6.6 Síntese gráfica.....	104

SUMÁRIO

6.7 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	104
6.7.1 Gabaritos.....	106
7 INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROCESSUAL PENAL.....	107
7.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	107
7.2 Introdução.....	107
7.3 Interpretação quanto ao sujeito (origem).....	108
7.4 Interpretação quanto ao modo.....	108
7.5 Interpretação quanto ao resultado.....	109
7.6 Interpretação analógica e analogia.....	109
7.7 Interpretação conforme a Constituição.....	110
7.8 Síntese gráfica.....	111
7.9 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	112
7.9.1 Gabaritos.....	113
8 NORMAS PROCESSUAIS EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS.....	115
8.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	115
8.2 Introdução.....	115
8.3 Imunidades diplomáticas.....	115
8.4 Imunidade parlamentares.....	116
8.4.1 Imunidade material (<i>freedom of speech</i>).....	117
8.4.2 Imunidade formal.....	118
8.4.2.1 Imunidade formal em relação à prisão ou incoercibilidade pessoal dos congressistas (<i>freedom from arrest</i>).....	119
8.4.2.2 Imunidade formal em relação ao processo.....	123
8.4.2.3 Imunidade relativa na condição de testemunha.....	125
8.4.2.4 Parlamentares licenciados e suplentes.....	125
8.5 Imunidade temporária do Presidente da República.....	125
8.6 Síntese gráfica.....	126
8.7 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	128
8.7.1 Gabaritos.....	129

TÍTULO II

DO JUIZ DAS GARANTIAS E INVESTIGAÇÕES PRELIMINARES

9 JUIZ DAS GARANTIAS.....	133
9.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	133
9.2 Observação quanto à suspensão.....	133
9.3 Introdução.....	133
9.4 Juiz das garantias – inconstitucional?.....	134
9.5 Vedação da iniciativa do juiz em atos de investigação e probatórios.....	135
9.6 Competência e funções do juiz das garantias.....	136
9.6.1 Impedimento.....	145
9.7 Aplicação do juiz das garantias.....	146
9.8 Síntese gráfica.....	147
9.9 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	147
9.9.1 Gabarito.....	148
10 INVESTIGAÇÕES PRELIMINARES.....	149
10.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	149
10.2 Introdução.....	149

10.3 Inquérito policial.....	149
10.3.1 Natureza jurídica	150
10.3.2 Valor probatório do inquérito policial.....	151
10.3.3 Polícia investigativa e presidência do inquérito.....	151
10.3.3.1 Polícias Legislativas	153
10.3.4 Síntese	154
10.3.5 Características do inquérito policial.....	154
10.3.5.1 Procedimento escrito.....	154
10.3.5.2 Dispensabilidade	154
10.3.5.3 Sigilosidade	155
10.3.5.4 Procedimento inquisitorial.....	156
10.3.5.4.1 <i>Há contraditório e ampla defesa no caso do art. 14-A do CPP?</i>	157
10.3.5.5 Discricionariedade	159
10.3.5.6 Oficialidade	160
10.3.5.7 Oficiosidade	160
10.3.5.7.1 <i>Aplicação do princípio da insignificância pelo delegado de polícia</i>	160
10.3.5.8 Indisponibilidade	162
10.3.5.9 Síntese.....	163
10.3.6 Instauração do inquérito policial.....	163
10.3.6.1 Formas de instauração do inquérito policial.....	164
10.3.6.2 <i>Notitia criminis</i>	166
10.3.7 Diligências	166
10.3.7.1 Reconstituição dos fatos.....	170
10.3.7.2 Diligências em leis especiais.....	170
10.3.7.3 Identificação criminal.....	171
10.3.7.4 Acesso a dados cadastrais de vítimas e suspeitos	173
10.3.7.5 Incomunicabilidade do preso.....	177
10.3.8 Indiciamento.....	177
10.3.8.1 Quem pode ser indiciado.....	179
10.3.9 Encerramento do inquérito policial.....	179
10.3.9.1 Encaminhamento dos autos – para quem?.....	182
10.3.10 Arquivamento do inquérito policial.....	183
10.3.10.1 O arquivamento do inquérito faz coisa julgada?	186
10.3.10.2 Desarquivamento	189
10.3.10.3 Cabe recurso contra o arquivamento e desarquivamento?	189
10.3.11 Trancamento do inquérito policial.....	190
10.4 Poder de investigação criminal pelo Ministério Público.....	190
10.4.1 Procedimento de Investigação Criminal (PIC).....	191
10.5 Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI).....	198
10.6 Investigação militar	199
10.7 Termo circunstanciado de ocorrência	200
10.8 Investigações judiciais.....	200
10.9 Outras investigações	202
10.9.1 Investigação criminal defensiva.....	202
10.9.2 Investigação realizada por detetive particular	202
10.10 Controle externo da atividade policial.....	202
10.11 Síntese gráfica.....	203
10.12 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	205
10.12.1 Gabaritos.....	209

TÍTULO III

AÇÕES PENAIS

11 AÇÃO PENAL	213
11.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	213
11.2 Conceito.....	213
11.3 Condições da ação.....	214
11.3.1 Possibilidade jurídica do pedido	214
11.3.2 Legitimidade das partes	215
11.3.2.1 Legitimidade ordinária e extraordinária	216
11.3.3 Interesse de agir	217
11.3.4 Justa causa para ação penal	218
11.3.4.1 Justa causa duplicada.....	218
11.3.5 Condições específicas da ação penal	218
11.3.6 Condições de prosseguibilidade.....	219
11.3.7 Condições objetivas de punibilidade e escusas absolutórias.....	220
11.4 Princípios gerais aplicáveis a todas as espécies de ações condenatórias	222
11.5 Classificações peculiares da ação penal.....	223
11.5.1 Ação penal positiva e negativa.....	223
11.5.2 Ações penais homologatórias	224
11.5.3 Classificação geral das ações penais condenatórias	224
11.6 Ação penal de iniciativa pública.....	224
11.6.1 Princípios reitores da ação penal de iniciativa pública.....	225
11.6.1.1 Oficialidade ou autoritariedade	225
11.6.1.2 Obrigatoriedade	225
11.6.1.3 Indivisibilidade	227
11.6.1.4 Indisponibilidade	228
11.6.1.5 Oficiosidade	228
11.6.2 Ação penal pública incondicionada e condicionada.....	228
11.6.2.1 Ação penal pública incondicionada.....	228
11.6.2.2 Ação penal pública condicionada	229
11.6.2.2.1 Representação do ofendido	229
11.6.2.2.1.1 Legitimidade para a representação.....	230
11.6.2.2.1.2 Prazo	231
11.6.2.2.1.3 Retratação da representação.....	232
11.6.2.2.1.4 Irrenunciabilidade da retratação	232
11.6.2.2.1.5 Eficácia objetiva da representação	233
11.6.2.2.2 Requisição do Ministro da Justiça	234
11.7 Ação penal pública de iniciativa privada.....	234
11.7.1 Princípios	235
11.7.1.1 Oportunidade ou conveniência	235
11.7.1.2 Disponibilidade	235
11.7.1.3 Indivisibilidade	235
11.7.2 Síntese comparativa principiológica.....	236
11.7.4 Espécies	237
11.7.4.1 Ação penal de iniciativa exclusivamente privada ou privada propriamente dita.....	237
11.7.4.2 Ação penal de iniciativa privada personalíssima.....	237
11.7.4.3 Ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública	237
11.7.4.4 Ação penal privada concorrente com a pública	239
11.7.4.5 Ação penal popular.....	239

11.8 Ação penal adesiva.....	239
11.9 Ação penal secundária.....	240
11.10 Ação penal preventiva.....	240
11.11 Ação penal em situações especiais.....	240
11.11.1 Crimes contra a honra.....	241
11.11.2 Violência doméstica contra a mulher.....	242
11.11.3 Crime de estelionato.....	242
11.11.4 Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual.....	244
11.11.5 Ação penal no crime de invasão de dispositivo informático.....	244
11.12 Extinção da punibilidade nas ações penais de iniciativa privada.....	245
11.12.1 Decadência.....	246
11.12.2 Renúncia ao direito de queixa.....	247
11.12.3 Perdão do ofendido.....	248
11.12.3.1 Quadro comparativo.....	249
11.12.4 Perempção.....	250
11.13 Papel do Ministério Público na ação penal de iniciativa privada.....	251
11.14 Denúncia.....	252
11.14.1 Corpo formal (1º Corpo).....	252
11.14.1.1 Endereçamento.....	253
11.14.1.2 Número dos autos.....	253
11.14.1.3 Qualificação das partes.....	253
11.14.1.4 Qualificação do autor.....	253
11.14.1.5 Qualificação do acusado.....	254
11.14.1.6 Contra ou em face de?.....	254
11.14.1.7 Síntese construtiva de modelo sugerido.....	255
11.14.2 Corpo substancial (2º Corpo).....	255
11.14.2.1 Parágrafo técnico.....	256
11.14.2.1.1 <i>Modelo-base</i>	258
11.14.2.2 Parágrafo fático.....	260
11.14.3 Corpo de imputação e pedido (corpo final).....	263
11.15 Aditamento à denúncia.....	269
11.15.1 Espécies de aditamento.....	270
11.16 Queixa-crime.....	271
11.16.1 Aditamento da queixa-crime.....	271
11.17 Prazo para oferecimento da inicial acusatória.....	272
11.18 Conceitos e temas diversos sobre a ação penal.....	273
11.18.1 Criptoimputação.....	273
11.18.2 Denúncia geral e crimes societários.....	273
11.18.3 Imputação alternativa.....	275
11.19 Síntese gráfica.....	276
11.20 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	278
11.20.1 Gabaritos.....	282

12 AÇÃO CIVIL EX DELICTO	285
12.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	285
12.2 Introdução.....	285
12.3 Formas de se buscar a reparação do dano.....	286
12.4 Efeitos da decisão penal.....	287
12.4.1 Efeitos civis da absolvição.....	287
12.4.2 Efeitos civis decorrentes de decisões penais diversas.....	289
12.5 Aspectos processuais.....	290
12.5.1 Legitimidade.....	291
12.5.1.1 Crime praticado por servidor público e a teoria da dupla garantia.....	292

12.5.2 Natureza e valor do dano.....	292
12.6 Síntese gráfica.....	293
12.7 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	295
12.7.1 Gabaritos.....	297
13 ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL.....	299
13.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	299
13.2 Introdução.....	299
13.3 Natureza jurídica.....	299
13.4 Requisitos, condições e vedações.....	301
13.4.1 Requisitos.....	301
13.4.2 Condições positivas.....	303
13.4.3 Condições negativas (vedações).....	306
13.4.3.1 Outras condições possíveis.....	308
13.5 Normas regentes e controle.....	309
13.6 Efeitos do ANPP.....	312
13.7 Momento e oportunidade de propositura do ANPP.....	312
13.8 Direitos das vítimas a serem observados no ANPP.....	314
13.9 Síntese gráfica.....	315
13.9 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	317
13.9.1 Gabaritos.....	320

TÍTULO IV

COMPETÊNCIA

14 JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.....	323
14.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	323
14.2 Introdução.....	323
14.3 Princípios.....	324
14.4 Lei que altera a competência.....	325
14.5 Critérios de fixação da competência.....	325
14.6 Competência absoluta e relativa.....	326
14.6.1 Competência absoluta.....	326
14.6.2 Competência relativa.....	327
14.7 Fixação da competência.....	327
14.8 Regras de competência em razão da função ou da pessoa (<i>ratione personae</i>).....	331
14.8.1 Foro especial – absoluto ou relativo?.....	332
14.8.2 Marco inicial.....	333
14.8.3 Princípio da vinculação.....	333
14.8.4 Foro por prerrogativa de função x competência do Tribunal do Júri.....	334
14.8.5 Exceção da verdade.....	335
14.8.6 Impossibilidade de aplicação por ato de improbidade administrativa.....	336
14.9 Regras de competência em razão da matéria (<i>ratione materiae</i>).....	337
14.9.1 Justiça Militar.....	337
14.9.2 Justiça Eleitoral.....	340
14.9.3 Justiça Federal.....	340
14.9.3.1 Casuística.....	350
14.9.4 Justiça Estadual.....	350
14.9.5 Organograma estrutural.....	350
14.10 Regras de competência em razão lugar – competência territorial.....	352
14.11 Disposições especiais.....	355

14.12 Casuística	356
14.13 Domicílio do réu.....	360
14.14 Domicílio da vítima.....	361
14.15 Critérios secundários de fixação da competência.....	361
14.15.1 Prevenção.....	362
14.15.2 Normas de organização judiciária.....	363
14.15.3 Distribuição	365
14.15.4 Conexão e continência.....	366
14.15.4.1 Conexão.....	366
14.15.4.1.1 Conexão intersubjetiva	366
14.15.4.1.2 Conexão objetiva.....	367
14.15.4.1.3 Conexão instrumental ou probatória.....	368
14.15.4.2 Continência.....	368
14.15.4.3 Síntese esquemática.....	370
14.15.4.4 As regras da atração.....	371
14.15.4.4.1 Concurso de jurisdições de diversas categorias	372
14.15.4.4.2 Concurso entre a jurisdição comum e especial.....	374
14.15.4.5 Separação dos processos	375
14.15.4.5.1 Separação facultativa dos processos.....	376
14.15.4.6 Impossibilidade de reunião dos processos.....	376
14.15.4.7 Perpetuação da jurisdição.....	377
14.16 Situações especiais.....	380
14.16.1 Genocídio	380
14.16.2 Remoção de órgãos.....	381
14.16.3 Conflito de atribuições entre membros do Ministério Público.....	382
14.17 Síntese gráfica.....	383
14.18 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	386
14.18.1 Gabaritos.....	389

TÍTULO V

DAS QUESTÕES, INCIDENTES E EXCEÇÕES

15 QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES.....	393
15.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	393
15.2 Introdução.....	393
15.3 Questões prejudiciais.....	393
15.3.1 Questões preliminares.....	394
15.4 Classificação das questões prejudiciais.....	394
15.4.1 Questões prejudiciais penais (homogêneas, imperfeitas, comuns ou não devolutivas).....	395
15.4.2 Questões prejudiciais extrapenais (heterogêneas, perfeitas, jurisdicionais ou devolutivas).....	395
15.4.2.1 Questões prejudiciais extrapenais devolutivas absolutas (ou obrigatórias).....	395
15.4.2.2 Questões prejudiciais extrapenais devolutivas relativas (ou facultativas).....	397
15.5 Síntese esquemática.....	400
15.6 Incidente de falsidade documental.....	400
15.6.1 Procedimento.....	401
15.6.2 Quadro esquemático.....	403
15.7 Incidente de insanidade mental.....	403
15.7.1 Procedimento.....	406
15.8 Soluções	408
15.8.1 Quadro esquemático.....	410

SUMÁRIO

15.8.2 Incapacidade mental no procedimento do Tribunal do Júri.....	410
15.8.3 Incapacidade mental no curso da execução penal.....	411
15.9 Síntese gráfica.....	412
15.10 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	415
15.10.1 Gabaritos.....	417
16 EXCEÇÕES.....	419
16.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	419
16.2 Introdução.....	419
16.3 Exceção de suspeição.....	420
16.3.1 Peculiaridades da exceção de suspeição.....	422
16.3.2 Procedimento esquematizado.....	423
16.4 Exceção de impedimento e incompatibilidade.....	423
16.4.1 Suspeição e impedimento de outros atores processuais.....	424
16.5 Exceção de incompetência do juízo.....	427
16.6 Exceção de litispendência.....	429
16.7 Exceção de ilegitimidade.....	431
16.8 Exceção de coisa julgada.....	432
16.8.1 Os limites objetivos e subjetivos da exceção de coisa julgada.....	434
16.8.2 A exceção de coisa julgada no concurso de crimes.....	435
16.9 Recursos.....	437
16.10 Síntese gráfica.....	438
16.11 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	440
16.11.1 Gabaritos.....	441
17 CONFLITO DE COMPETÊNCIA.....	443
17.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	443
17.2 Introdução.....	443
17.3 Legitimidade, forma e procedimento.....	444
17.3.1 Conflito de competência x conflito de atribuições.....	446
17.4 Competência para julgamento dos conflitos de competência e atribuições.....	447
17.5 Síntese gráfica.....	450
17.6 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	450
17.6.1 Gabaritos.....	451
18 RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS.....	453
18.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	453
18.2 Introdução.....	453
18.3 Coisas que não poderão ser restituídas.....	453
18.4 Forma do pedido e incidente de restituição.....	455
18.5 Síntese gráfica.....	457
18.6 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	457
18.6.1 Gabaritos.....	458

TÍTULO VI

MEDIDAS CAUTELARES

19 MEDIDAS CAUTELARES PATRIMONIAIS.....	461
19.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	461
19.2 Introdução.....	461
19.3 Características e pressupostos.....	462

19.4 Sequestro.....	463
19.4.1 Requisitos.....	463
19.4.2 Legitimidade.....	464
19.4.3 Procedimento - Sequestro de bens imóveis.....	465
19.4.3.1 Defesa - Embargos.....	465
19.4.3.2 Procedimento.....	467
19.4.3.3 Levantamento do sequestro.....	467
19.4.3.4 Destinação final do sequestro.....	468
19.4.4 Procedimento - Sequestro de bens móveis.....	469
19.4.5 Procedimento - Sequestro de bens ou valores equivalentes.....	469
19.5 Hipoteca legal.....	470
19.5.1 Requisitos.....	471
19.5.2 Legitimidade.....	472
19.5.3 Procedimento.....	472
19.5.3.1 Defesa.....	473
19.5.3.2 Finalização.....	473
19.6 Arresto prévio ou preventivo.....	474
19.7 Arresto.....	474
19.7.1 Requisitos.....	474
19.7.2 Legitimidade.....	475
19.7.3 Procedimento.....	475
19.7.4 Peculiaridades do arresto.....	476
19.8 Medidas assecuratórias na legislação especial.....	477
19.8.1 Lei 9.613/98 – Lavagem de Capitais.....	477
19.8.2 Lei 11.343/06 – Drogas.....	477
19.8.3 Lei 13.344/16 – Tráfico de pessoas.....	478
19.8.4 Decreto-Lei nº 3.240/41 – Sequestro por crimes contra a Fazenda Pública (sequestro especial).....	479
19.9 Utilização dos bens por órgãos de segurança.....	482
19.10 Venda antecipada dos bens.....	484
19.11 Síntese gráfica.....	486
19.12 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	491
19.12.1 Gabaritos.....	494
20 MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS – PARTE GERAL.....	497
20.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	497
20.2 Introdução.....	497
20.3 Princípios reitores e características.....	498
20.3.1 Jurisdicionalidade.....	498
20.3.2 Excepcionalidade e provisoriedade.....	501
20.3.3 Proporcionalidade.....	502
20.4 Características.....	503
20.5 Pressupostos das medidas cautelares pessoais – justa causa.....	506
20.5.1 Causa provável.....	508
20.6 Devido processo legal.....	512
20.6.1 Interesse de agir.....	513
20.6.2 Legitimidade.....	513
20.6.2.1 Legitimidade na Lei Maria da Penha.....	517
20.6.2.2 Atuação de ofício pelo magistrado.....	521
20.6.2.2.1 Outros impedimentos à decretação de medidas cautelares pessoais de ofício.....	526

20.6.3 Contraditório.....	527
20.6.4 Duração, revogação e substituição.....	529
20.6.5 Recursos.....	532
20.6.6 Detração penal.....	532
20.7 Síntese gráfica.....	534
20.8 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	535
20.8.1 Gabarito.....	536
21 PRISÃO.....	537
21.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	537
21.2 Introdução.....	537
21.3 Prisão cautelar.....	540
21.3.1.1 Quem pode ser preso?.....	540
21.4 Momento e condições para a realização da prisão.....	546
21.5 Mandado de prisão.....	546
21.5.1 Difusão vermelha.....	552
21.6 Prisão especial.....	553
21.7 Direitos e garantias fundamentais da pessoa presa.....	556
21.7.1 Uso de algemas.....	559
21.7.2 Ampla defesa e assistência jurídica.....	559
21.8 Prisão em flagrante.....	560
21.8.1 Conceito.....	560
21.8.2 Natureza jurídica.....	560
21.8.3 Fases da prisão em flagrante delicto.....	561
21.8.4 Sujeitos da prisão em flagrante.....	561
21.8.5 Espécies de prisão em flagrante delicto.....	562
21.8.6 Flagrantes realizados por agentes disfarçados – ilicitude?.....	564
21.8.7 Hipóteses especiais de (im)possibilidade de prisão em flagrante.....	566
21.8.8 O comparecimento espontâneo impede a prisão em flagrante?.....	567
21.8.9 Auto de prisão em flagrante delicto.....	568
21.8.9.1 Lavratura por autoridade com atribuição própria.....	568
21.8.9.2 Oitiva do condutor e testemunhas.....	571
21.8.9.3 Interrogatório do preso.....	572
21.8.9.4 Prazo.....	574
21.8.9.5 Análise jurídica do APFD pela autoridade presidente – consequências.....	574
21.8.9.5.1 Fundada suspeita verificada.....	574
21.8.9.5.2 Infundada suspeita.....	574
21.8.9.5.3 <i>Perp Walk</i>	575
21.9 Análise judicial da prisão - Audiência de Custódia.....	576
21.9.1 Audiência de custódia.....	577
21.9.1.1 Origem no ordenamento jurídico brasileiro e conceito.....	577
21.9.1.2 Impõe-se a audiência em qualquer espécie de prisão de natureza penal?.....	577
21.9.1.3 Impõe-se a audiência em prisão por dívida de obrigação alimentar?.....	578
21.9.1.4 Prazo para realização.....	580
21.9.1.5 Juízo para realização da audiência de custódia.....	581
21.9.1.6 Procedimento.....	582
21.9.1.6.1 ANPP na audiência de custódia.....	585
21.9.1.6.2 Responsabilidade pela não realização da audiência de custódia.....	586
21.10 Prisão preventiva.....	587
21.10.1 Legitimidade para requerimento.....	588
21.10.2 Impossibilidade de decretação de prisão de ofício pelo magistrado.....	589
21.10.3 Pressupostos.....	591

21.10.4 Requisitos.....	593
21.10.5 Fundamentos/hipóteses.....	602
21.10.5.1 Garantia da ordem pública.....	602
21.10.5.2 Garantia da ordem econômica.....	606
21.10.5.3 Asseguramento da aplicação da lei penal.....	607
21.10.5.4 Conveniência da instrução criminal.....	607
21.10.5.5 Descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares.....	608
21.10.6 Prazo de duração da prisão preventiva.....	609
21.10.6.1 Reavaliação periódica da prisão a cada 90 dias.....	612
21.10.7 Os fundamentos do decreto de prisão preventiva.....	613
21.10.7.1 A fundamentação <i>per relationem</i> ou aliunde.....	615
21.11 Prisão temporária.....	616
21.11.1 Conceito.....	616
21.11.2 Requisitos.....	616
21.11.2.1 Imprescindibilidade para as investigações.....	617
21.11.2.2 Agente sem residência fixa ou não fornecimento de elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade.....	617
21.11.2.3 Estar a infração penal contemplada no rol taxativo do inciso III do art. 1º da Lei 7.960/89.....	618
21.11.2.4 Contemporaneidade.....	621
21.11.2.5 Necessidade e adequação.....	622
21.11.2.6 Subsidiariedade da medida – caráter de <i>ultima ratio</i>	622
21.11.3 Procedimento e prazo.....	622
21.12 Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível.....	623
21.13 Prisão domiciliar.....	625
21.13.1 Hipóteses de cabimento.....	626
21.14 Síntese gráfica.....	630
21.15 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	634
21.15.1 Gabarito.....	636

22 MEDIDAS ALTERNATIVAS À PRISÃO..... 639

22.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	639
22.2 Introdução.....	639
22.3 Comparecimento periódico em juízo.....	640
22.4 Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares.....	640
22.5 Proibição de contato com pessoa determinada.....	641
22.6 Proibição de ausentar-se da comarca ou país.....	641
22.7 Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos.....	641
22.8 Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira.....	642
22.9 Internação provisória.....	644
22.10 Fiança.....	645
22.11 Monitoração eletrônica.....	646
22.12 O rol do art. 319 do CPP é taxativo?.....	646
22.13 Síntese gráfica.....	651
22.14 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	652
22.14.1 Gabarito.....	653

23 FUNDAMENTOS DA LIBERDADE..... 655

23.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	655
23.2 Introdução.....	655

SUMÁRIO

23.3 Liberdade plena.....	656
23.3.1 Relaxamento da prisão.....	657
23.4 Liberdade restrita.....	658
23.4.1 Revogação do mandado de prisão.....	659
23.5 Liberdade provisória.....	659
23.5.1 Liberdade provisória sem fiança.....	661
23.5.2 Liberdade provisória nas hipóteses de discriminantes.....	661
23.5.3 Liberdade provisória sem fiança por motivo de pobreza.....	663
23.5.4 Liberdade provisória com fiança.....	663
23.5.4.1 Momento da concessão da fiança.....	664
23.5.4.2 Concessão da fiança pela autoridade policial.....	665
23.5.4.3 Concessão da fiança pela autoridade judicial.....	669
23.5.4.4 Valor da fiança.....	670
23.5.4.5 Infrações penais inafiançáveis x casos que não admitem a fiança.....	671
23.5.4.6 Reforço da fiança.....	673
23.5.4.7 Cassação da fiança – fiança sem efeito.....	674
23.5.4.8 Quebramento da fiança.....	675
23.5.4.9 Perda e destinação da fiança.....	676
23.5.5 Liberdade provisória obrigatória.....	677
23.5.6 Liberdade provisória proibida.....	677
23.5.7 Liberdade provisória com ou sem vinculação.....	679
23.5.8 Liberdade provisória e excesso de imputação.....	680
23.5.9 Abuso de autoridade.....	681
23.6 Síntese gráfica.....	682
23.7 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	686
23.7.1 Gabaritos.....	692

TÍTULO VII

DAS PROVAS

24 TEORIA GERAL DAS PROVAS.....	697
24.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	697
24.2 Conceito e finalidade.....	698
24.3 Acepções da palavra prova.....	698
24.4 Objeto da prova.....	699
24.5 Classificação das provas.....	700
24.5.1 Prova direta e indireta.....	701
24.5.2 Prova plena e semiplena ou não plena.....	701
24.5.3 Prova reais e pessoais.....	702
24.5.4 Prova nominada e inominada.....	702
24.5.5 Prova típica e atípica.....	702
24.5.6 Prova anômala e irritual.....	703
24.5.7 Prova emprestada.....	704
24.5.8 Prova de fora da terra.....	705
24.6 <i>Standards</i> probatórios.....	705
24.6.1 A teoria da condição INUS.....	707
24.7 Sistemas de apreciação da prova.....	711
24.7.1 Sistema legal ou tarifado.....	712
24.7.2 Sistema da íntima convicção.....	712
24.7.3 Sistema do livre convencimento motivado ou da persuasão racional.....	712
24.8 Ônus da prova.....	713

24.8.1 Ônus subjetivo e objetivo.....	714
24.8.2 Ônus perfeito e imperfeito.....	714
24.9 Distribuição da prova no processo penal.....	715
24.9.1 Inversão do ônus da prova no processo penal.....	717
24.10 Iniciativa probatória do juiz.....	719
24.11 Princípios reitores das provas.....	719
24.12 Procedimento probatório.....	720
24.12.1 Produção antecipada de provas.....	721
24.13 Prova ilegal - Gênero.....	722
24.13.1 Teorias da verdade.....	722
24.13.1.1 Teorias substantivas ou tradicionais da verdade.....	722
24.13.1.2 Teorias minimalistas da verdade.....	723
24.13.1.3 Por que optar por uma teoria?.....	724
24.13.2 Prova ilícita ou ilegítima? - Espécies.....	724
24.13.2.1 Tratamento legal.....	725
24.13.3 Provas ilícitas por derivação – teoria dos frutos da árvore envenenada.....	729
24.13.3.1 Limitações à prova ilícita por derivação.....	730
24.13.3.1.1 Teoria da fonte independente.....	730
24.13.3.1.2 Teoria da descoberta inevitável.....	732
24.13.3.1.3 Limitação da mancha purgada ou tinta diluída.....	733
24.13.3.1.4 Exceção da boa-fé.....	735
24.13.3.1.5 Teoria do risco ou contribuição de terceiro.....	736
24.13.3.1.6 Limitação da destruição da mentira do imputado.....	738
24.13.3.1.7 Doutrina da visão aberta.....	738
24.13.3.1.8 Teoria da renúncia do interessado.....	739
24.13.3.1.9 Limitação da infração constitucional alheia.....	740
24.13.3.1.10 Limitação da infração constitucional por pessoas que não fazem parte do órgão policial.....	740
24.13.3.1.11 Teoria do encontro fortuito de provas – serendipidade.....	742
24.13.3.1.11.1 Reflexões sobre a teoria do encontro fortuito de provas.....	744
24.13.3.1.11.2 A serendipidade e a fishing expedition nos Tribunais Superiores.....	746
24.13.4 Destinação da prova ilícita.....	748
24.13.5 Descontaminação do julgado.....	749
24.14 Identidade física do juiz.....	750
24.15 Síntese gráfica.....	751
24.16 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	757
24.16.1 Gabarito.....	759
25 PROVAS EM ESPÉCIE.....	761
25.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	761
25.2 Introdução.....	761
25.3 Cadeia de custódia.....	761
25.3.1 Marco inicial da cadeia de custódia.....	763
25.3.2 Etapas do rastreamento do vestígio na cadeia de custódia.....	763
25.3.3 Quebra da cadeia de custódia.....	767
25.4 Prova pericial e exame de corpo de delito.....	769
25.4.1 Peritos e assistente técnicos.....	770
25.4.2 Indispensabilidade e prioridade no exame de corpo de delito.....	773
25.4.3 Regramento normativo da prova pericial e corpo de delito.....	774

SUMÁRIO

25.4.4	Valoração probatória do exame de corpo de delito e prova pericial.....	777
25.4.5	Casuística jurisprudencial.....	778
25.5	Interrogatório do réu.....	779
25.5.1	Conceito	779
25.5.2	Natureza jurídica.....	780
25.5.3	Momento e localização territorial do interrogatório	782
25.5.4	Condução coercitiva para fins de interrogatório.....	783
25.5.5	Características do interrogatório.....	784
25.5.6	Local do interrogatório e interrogatório por videoconferência.....	787
25.6	Confissão.....	790
25.6.1	Classificação	790
25.6.2	Características da confissão	792
25.6.3	Valoração da confissão.....	793
25.7	Declarações do ofendido	793
25.7.1	Valor probatório	794
25.8	Prova testemunhal.....	795
25.8.1	Características da prova testemunhal	795
25.8.2	Dos deveres das testemunhas	797
25.8.3	Classificação doutrinária das testemunhas.....	801
25.8.4	Direito ao confronto.....	803
25.8.5	Procedimento para colheita da prova testemunhal	804
25.8.5.1	Arrolamento	804
25.8.5.2	Intimação	806
25.8.5.3	Substituição.....	806
25.8.5.4	Desistência	806
25.8.5.5	Incomunicabilidade das testemunhas	807
25.8.5.6	Inquirição.....	807
25.8.5.6.1	Contradita e arguição de parcialidade.....	808
25.8.5.6.2	Depoimento	809
25.8.5.6.3	Inversão da ordem de inquirição.....	810
25.8.6	Depoimentos especiais e peculiaridades jurisprudenciais.....	811
25.8.6.1	Depoimento <i>ad perpetuam rei memoriam</i>	811
25.8.6.2	Depoimento sem dano – depoimento especial	811
25.8.6.3	Depoimento de policiais	813
25.8.6.4	<i>Whistleblower</i>	816
25.9	Reconhecimento de pessoas e coisas	817
25.9.1	Procedimento.....	817
25.9.2	Reconhecimento por fotografia	820
25.10	Acareação.....	821
25.11	Prova documental.....	822
25.11.1	Produção da prova documental.....	824
25.12	Indícios	825
25.13	Busca e apreensão	826
25.13.1	Iniciativa e competência	826
25.13.2	Objeto da diligência.....	828
25.13.2.1	Mandado de busca e seu cumprimento	829
25.13.2.1.1	Conceito de dia.....	830
25.13.2.1.2	Conceito de casa	831
25.13.2.1.3	Consentimento do morador.....	832
25.13.2.1.4	Forma e peculiaridades.....	834

25.13.2.2 Busca pessoal.....	837
25.13.2.2.1 Revista íntima para ingresso em presídios.....	839
25.13.3 Busca exploratória.....	840
25.14 Meios de prova invasivos.....	841
25.14.1 Provas obtidas por meio de scanners e drones.....	841
25.15 Síntese gráfica.....	843
25.16 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	845
25.16.1 Gabarito.....	847
26 MEIOS DE PROVAS ESPECIAIS.....	849
26.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	849
26.2 Introdução.....	849
26.3 Interceptação telefônica e captação ambiental.....	849
26.3.1 Conceitos.....	850
26.3.2 Objeto e limites da Lei de Interceptações Telefônicas.....	851
26.3.3 Lei 9.296/96 - Interceptação telefônica – aspectos materiais e processuais.....	853
26.3.3.1 Contraditório nas interceptações telefônicas.....	854
26.3.3.2 Requisitos.....	855
26.3.3.2.1 O encontro fortuito de provas nas interceptações telefônicas.....	859
26.3.3.3 Procedimento.....	861
26.3.3.4 Execução.....	865
26.3.4 Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos.....	867
26.3.4.1 Captação ambiental.....	867
26.3.4.1.1 Quando há necessidade de autorização judicial?.....	868
26.3.4.1.2 Requisitos e procedimento.....	870
26.3.4.1.3 A prova obtida por aplicativos de mensagens - WhatsApp.....	874
26.4 Quebra de sigilo de dados telefônicos, de comunicações telemáticas, bancários, financeiros e fiscais.....	877
26.4.1 Quebra do sigilo de dados telefônicos e de comunicações telemáticas.....	877
26.4.2 Quebra de sigilo bancário e financeiro.....	879
26.4.3 Quebra do sigilo fiscal.....	881
26.5 Ação controlada.....	881
26.5.1 Ação controlada na Lei de Drogas.....	882
26.5.2 Ação controlada na Lei de Organizações Criminosas.....	883
26.5.3 Ação controlada da Lei de Lavagem de Capitais.....	884
26.5.4 Quadro comparativo.....	885
26.5.4.1 Entrega vigiada.....	886
26.6 Infiltração de agentes.....	886
26.6.1 O agente infiltrado.....	886
26.6.1.1 Direitos do agente infiltrado.....	887
26.6.1.2 Prerrogativas e limites do agente infiltrado – <i>entrapment doctrine</i> ou teoria da armadilha.....	888
26.6.2 Requisitos para a infiltração de agentes.....	890
26.6.3 Procedimento.....	892
26.6.4 Prazo da infiltração.....	892
26.6.5 Responsabilidade penal do agente infiltrado.....	893
26.7 Infiltração virtual de agentes.....	895
26.7.1 Infiltração virtual de agentes no âmbito do ECA.....	897
26.8 Colaboração premiada.....	899
26.8.1 Natureza jurídica.....	899
26.8.2 Colaboração premiada ou delação premiada?.....	900
26.8.3 Reserva de jurisdição.....	900

SUMÁRIO

26.8.4	Previsão legal.....	900
26.8.5	Colaboração premiada na Lei 12.850/13.....	905
26.8.6	Pressupostos.....	905
26.8.6.1	Voluntariedade/Livre expressão do conhecimento.....	905
26.8.6.2	Resultados.....	907
26.8.7	Legitimados para oferecimento do acordo.....	910
26.8.8	Benefícios e vinculação do magistrado.....	912
26.8.9	Suspensão do prazo para oferecimento da denúncia e prescrição.....	919
26.8.10	Valor probatório da colaboração premiada.....	920
26.8.10.1	Corroboração mútua ou cruzada.....	922
26.8.11	O acordo de colaboração premiada – negociação, proposta e homologação.....	922
26.8.11.1	Proposta e negociações.....	924
26.8.11.1.1	Ampla defesa - renúncia ao direito ao silêncio.....	927
26.8.11.2	Controle e homologação.....	927
26.8.11.3	Retratação e rescisão.....	932
26.8.11.4	Anulação e contraditório.....	933
26.8.11.5	Sentença.....	934
26.9	Síntese gráfica.....	935
26.10	Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	939
26.10.1	Gabaritos.....	946

TÍTULO VIII

PROCESSO E PROCEDIMENTO

27	SUJEITOS PROCESSUAIS.....	951
27.1	Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	951
27.2	Introdução.....	951
27.3	Juiz.....	952
27.3.1	Funções do juiz.....	952
27.3.2	Impedimento.....	953
27.3.3	Suspeição.....	957
27.3.4	Incompatibilidade.....	960
27.4	Ministério Público.....	960
27.4.1	O Ministério Público é parte parcial ou imparcial?.....	961
27.4.2	Princípio do promotor natural.....	962
27.4.3	Impedimentos e suspeições do órgão do Ministério Público.....	963
27.5	Ofendido.....	964
27.5.1	Querelante.....	964
27.5.2	Assistente da acusação.....	965
27.5.2.1	Habilitação do assistente.....	967
27.5.2.2	Direitos e atribuições do assistente.....	969
27.5.3	Assistente da acusação como testemunha.....	972
27.6	Acusado.....	972
27.6.1	Direitos do acusado.....	973
27.6.2	Defensor.....	974
27.6.2.1	Abandono do processo pelo defensor.....	977
27.6.2.2	Impedimento do defensor.....	977
27.7	Síntese gráfica.....	978
27.8	Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	979
27.8.1	Gabarito.....	981

28 COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS	983
28.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	983
28.2 Introdução.....	983
28.3 Citação.....	984
28.4 Efeitos da citação válida.....	985
28.5 Espécies de citação.....	985
28.5.1 Citação pessoal por mandado.....	986
28.5.1.1 Citação por carta precatória, rogatória e de ordem.....	986
28.5.1.2 Requisitos da citação por mandado.....	988
28.5.1.3 Citação pessoal na secretaria do juízo.....	988
28.5.1.4 Citações pessoais especiais.....	989
28.5.1.4.1 Citação do militar.....	989
28.5.1.4.2 Citação do funcionário público.....	989
28.5.1.4.3 Citação do acusado preso.....	989
28.5.2 Citação por edital.....	990
28.5.2.1 Suspensão do processo e do curso do prazo prescricional (art. 366, CPP).....	991
28.5.2.1.1 Produção antecipada de provas.....	992
28.5.2.1.2 Decretação de prisão preventiva.....	993
28.5.2.1.3 Retomada do curso do processo.....	994
28.5.2.1.4 Aplicação do art. 366 na Lei de Lavagem de Capitais.....	994
28.5.3 Citação por hora certa.....	994
28.6 Intimações e notificações.....	995
28.6.1 Notificações e intimações segundo a qualidade das partes ou representantes processuais.....	996
28.6.2 Início do prazo.....	996
28.7 Síntese gráfica.....	998
28.8 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	999
28.8.1 Gabaritos.....	1002
29 PROCEDIMENTOS	1003
29.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	1003
29.2 Introdução.....	1003
29.3 Classificação dos procedimentos.....	1004
29.4 Procedimento comum.....	1004
29.5 Procedimento comum ordinário.....	1007
29.5.1 Rejeição da inicial acusatória.....	1008
29.5.1.2 Inépcia da denúncia ou queixa.....	1008
29.5.1.3 Falta de pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal.....	1009
29.5.1.4 Falta de justa causa para a ação penal.....	1010
29.5.1.5 Rejeição parcial da petição inicial.....	1010
29.5.1.6 Recurso contra a rejeição da petição inicial.....	1011
29.5.1 Recebimento da denúncia ou queixa.....	1012
29.5.1.1 Fundamentação da decisão de recebimento da denúncia.....	1013
29.5.1.2 Efeitos do recebimento da petição inicial.....	1013
29.5.1.3 Recurso contra a decisão que recebe a denúncia ou queixa.....	1014
29.5.2 Citação do acusado.....	1014
29.5.3 Defesa do acusado.....	1015
29.5.3.1 Defesa preliminar.....	1015
29.5.3.1.1 Ausência de apresentação da defesa preliminar.....	1016
29.5.3.1.2 Defesa preliminar e resposta à acusação – duas defesas?.....	1017
29.5.3.2 Resposta à acusação.....	1018
29.5.3.3 Revelia.....	1020
29.5.4 Absolvição sumária.....	1021
29.5.4.1 Absolvição sumária x absolvição sumária no Júri.....	1022

SUMÁRIO

29.5.5 Suspensão condicional do processo.....	1022
29.5.6 Audiência de instrução e julgamento.....	1023
29.5.6.1 Alegações finais	1027
29.6 Procedimento comum sumário.....	1030
29.7 Procedimento comum sumaríssimo.....	1032
29.7.1 Princípios informativos dos Juizados Especiais Criminais	1033
29.7.2 Finalidades	1034
29.7.3 Competência dos Juizados Especiais Criminais.....	1035
29.7.4 Processo consensual.....	1041
29.8 Fase preliminar	1041
29.8.1 Composição dos danos civis.....	1042
29.8.1.1 Transação penal.....	1044
29.8.1.1.1 Direito público subjetivo ou poder/dever?.....	1044
29.8.1.1.2 Pressupostos e requisitos	1047
29.8.1.1.3 Proposta de transação penal.....	1050
29.8.1.1.4 Efeitos da homologação da transação penal.....	1051
29.8.1.1.5 Cumprimento e descumprimento da transação penal	1052
29.8.2 Fase processual.....	1052
29.8.2.1 Propositura da ação penal.....	1052
29.8.2.2 Defesa preliminar.....	1054
29.8.2.3 Recebimento e rejeição da petição inicial.....	1055
29.8.2.4 Citação do acusado.....	1055
29.8.2.5 Suspensão condicional do processo.....	1056
29.8.2.5.1 Direito público subjetivo ou poder/dever.....	1057
29.8.2.5.2 Pressupostos e requisitos.....	1059
29.8.2.5.3 Proposta de suspensão condicional do processo.....	1063
29.8.2.5.4 Efeitos da homologação da suspensão condicional do processo....	1066
29.8.2.5.5 Condições	1067
29.8.2.5.6 Revogação.....	1070
29.8.2.5.7 Extinção da punibilidade.....	1071
29.8.2.5.8 Suspensão condicional do processo nos crimes ambientais	1072
29.8.2.6 Audiência de instrução e julgamento	1074
29.8.3 Recursos no Juizado Especial Criminal	1074
29.8.3.1 Apelação.....	1076
29.8.3.2 Embargos de declaração.....	1077
29.8.3.3 Recurso especial e extraordinário	1078
29.8.3.4 <i>Habeas corpus</i>	1079
29.8.3.5 Mandado de segurança.....	1079
29.8.3.6 Revisão criminal.....	1080
29.8.4 Execução nos Juizados Especiais Criminais.....	1080
29.9 Procedimentos especiais previstos no CPP.....	1081
29.9.1 Processo e julgamento dos crimes de responsabilidade do funcionário público	1081
29.9.2 Do processos e julgamento dos crimes de calúnia e injúria	1083
29.9.3 Do processo e do julgamento dos crimes contra a propriedade imaterial.....	1084
29.9.3.1 Crimes processados por ação penal de iniciativa privada	1084
29.9.3.2 Crimes processados por ação penal pública.....	1085
29.10 Síntese gráfica.....	1086
29.11 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	1091
29.11.1 Gabaritos.....	1095
30 PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI	1097
30.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	1097
30.2 Introdução.....	1097

30.3 Princípios constitucionais do Tribunal do Júri.....	1098
30.3.1 Plenitude de defesa.....	1098
30.3.2 Sigilo das votações.....	1099
30.3.3 Soberania dos veredictos.....	1100
30.3.4 Competência para julgamento dos crimes dolosos contra a vida.....	1105
30.4 Procedimento bifásico do Tribunal do Júri.....	1107
30.4.1 Sumário da culpa (<i>judicium accusationis</i>).....	1107
30.4.1.1 Pronúncia.....	1112
30.4.1.1.1 Natureza jurídica.....	1112
30.4.1.1.2 <i>In dubio pro societate?</i>	1112
30.4.1.1.3 Fundamentação e conteúdo da pronúncia.....	1117
30.4.1.1.3.1 <i>Emendatio e mutatio libelli</i> na pronúncia.....	1120
30.4.1.1.3.2 Decote de qualificadoras.....	1122
30.4.1.1.4 Efeitos da pronúncia.....	1123
30.4.1.1.5 Intimação da decisão de pronúncia.....	1124
30.4.1.1.6 Recursos.....	1124
30.4.1.2 Impronúncia.....	1125
30.4.1.2.1 Natureza jurídica.....	1125
30.4.1.2.2 Surgimento de novas provas.....	1125
30.4.1.2.3 Infrações penais conexas.....	1127
30.4.1.2.4 Despronúncia.....	1128
30.4.1.2.5 Recursos.....	1128
30.4.1.3 Absolvição sumária.....	1129
30.4.1.3.1 Natureza jurídica.....	1130
30.4.1.3.2 Hipóteses.....	1130
30.4.1.3.3 Infrações penais conexas.....	1133
30.4.1.3.4 Recursos.....	1134
30.4.1.3.4.1 Recurso de ofício.....	1135
30.4.1.4 Desclassificação.....	1135
30.4.1.4.1 Procedimento.....	1136
30.4.1.4.1.1 Conflito de competência.....	1138
30.4.1.4.2 Infração penal conexa.....	1138
30.4.1.4.3 Recursos.....	1139
30.4.2 Segunda fase do procedimento (<i>judicium causae</i>).....	1139
30.4.2.1 Desaforamento.....	1139
30.4.2.1.1 Legitimidade.....	1140
30.4.2.1.2 Momento processual.....	1140
30.4.2.1.3 Hipóteses legais.....	1140
30.4.2.1.4 Procedimento.....	1142
30.4.2.1.5 Local da realização do novo julgamento.....	1142
30.4.2.1.6 Recursos.....	1143
30.4.2.1.7 Reaforamento.....	1143
30.4.2.2 Das atribuições do juiz presidente.....	1143
30.4.2.3 Preparação do processo para julgamento pelo Tribunal do Júri.....	1144
30.4.2.4 Jurados.....	1145
30.4.2.4.1 Quem pode e não pode ser jurado?.....	1146
30.4.2.4.2 Alistamento dos jurados.....	1148
30.4.2.4.3 Direitos dos jurados.....	1149
30.4.2.4.4 Recusa e não comparecimento injustificado.....	1150
30.4.2.4.5 Responsabilidade do jurado.....	1150
30.4.2.5 Organização da pauta.....	1151
30.4.2.6 Sorteio e convocação dos jurados.....	1151
30.4.2.7 Sessão de julgamento.....	1152

SUMÁRIO

30.4.2.7.1	Suspeição, impedimento e incompatibilidade do juiz presidente ou do membro do Ministério Público	1152
30.4.2.7.2	Ausências	1153
30.4.2.7.2.1	Juiz presidente	1153
30.4.2.7.2.2	Ministério Público	1153
30.4.2.7.2.3	Defensor do acusado	1153
30.4.2.7.2.4	Defensoria Pública.....	1154
30.4.2.7.2.5	Acusado.....	1154
30.4.2.7.2.6	Assistente da acusação.....	1155
30.4.2.7.2.7	Advogado do querelante.....	1155
30.4.2.7.2.8	Testemunhas.....	1155
30.4.2.8	Formação do Conselho de Sentença	1156
30.4.2.8.1	Empréstimo de jurado.....	1157
30.4.2.8.2	Procedimento	1158
30.4.2.8.2.1	Suspeição, impedimento e incompatibilidade dos jurados.....	1158
30.4.2.8.2.2	Recusas peremptórias	1159
30.4.2.8.2.3	Estouro de urna: quem será julgado primeiro?.....	1161
30.4.2.8.2.4	Compromisso	1163
30.4.2.9	Instrução em plenário.....	1163
30.4.2.9.1	Interrogatório do acusado.....	1165
30.4.2.9.2	Uso de algemas durante sessão plenária.....	1165
30.4.2.9.3	Debates	1165
30.4.2.9.3.1	Celebração de negócio jurídico processual.....	1168
30.4.2.9.3.2	Exibição e leitura de documentos em plenário	1169
30.4.2.9.3.3	Argumentos proibidos	1170
30.4.2.9.3.4	Apartes	1171
30.4.2.9.3.5	Sociedade e acusado indefeso.....	1172
30.4.2.9.3.6	Esclarecimentos aos jurados.....	1173
30.4.2.9.4	Dissolução do Conselho de Sentença.....	1174
30.4.2.10	Quesitação	1174
30.4.2.10.1	Ordem dos Quesitos.....	1175
30.4.2.10.1.1	Materialidade do fato.....	1175
30.4.2.10.1.2	Autoria ou participação.....	1177
30.4.2.10.1.3	Tentativa ou desclassificação	1178
30.4.2.10.1.4	O jurado absolve o acusado?	1179
30.4.2.10.1.5	Causas de diminuição de pena	1185
30.4.2.10.1.6	Qualificadoras e causas de aumento de pena.....	1185
30.4.2.10.1.7	Falso testemunho em plenário.....	1186
30.4.2.10.1.8	Agravantes e atenuantes	1186
30.4.2.10.1.9	Concurso de crimes.....	1186
30.4.2.11	Votação	1187
30.4.2.11.1	O problema da absolvição imprópria.....	1188
30.4.2.11.2	Desclassificação	1189
30.4.2.11.3	Crimes conexos	1191
30.5	Sentença.....	1191
30.5.1	Sentença condenatória.....	1191
30.5.1.1	Efeitos da condenação	1192
30.5.1.1.1	Confisco alargado no júri.....	1193
30.5.1.1.2	Execução provisória – pena igual ou superior a 15 anos.....	1194
30.5.2	Sentença absolutória.....	1195
30.5.3	Ata	1196

30.6 Síntese gráfica	1197
30.7 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço	1199
30.7.1 Gabaritos	1203
31 SENTENÇA	1205
31.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos	1205
31.2 Introdução	1205
31.3 Classificação	1206
31.3.1 Despachos de mero expediente	1206
31.3.2 Decisão interlocutória	1206
31.3.3 Decisões definitivas	1207
31.3.4 Decisões executáveis e não executáveis	1207
31.3.5 Decisões subjetivamente simples, subjetivamente plúrimas e subjetivamente complexas ..	1208
31.3.6 Decisões suicidas, vazias e autofágicas	1208
31.3.7 Decisões condenatórias, declaratórias, constitutivas (positivas e negativas), mandamentais, executivas e homologatórias	1208
31.4 Sentença	1209
31.4.1 Classificação das sentenças	1209
31.4.2 Estrutura formal da sentença	1210
31.4.2.1 Relatório	1210
31.4.2.2 Fundamentação	1211
31.4.2.2.1 A fundamentação per relationem ou aliunde	1214
31.4.2.2.2 Princípio da Correlação - <i>Sentença citra, ultra e extra petita</i>	1214
31.4.2.2.2.1 <i>Emendatio libelli</i>	1215
31.4.2.2.2.1.1 <i>Emendatio libelli</i> em segunda instância	1218
31.4.2.2.2.2 <i>Mutatio libelli</i>	1220
31.4.2.2.2.2.1 Quando se impõe o aditamento?	1221
31.4.2.2.2.2.2 Aditamento para crime culposos	1222
31.4.2.2.2.2.3 O aditamento não produz uma imputação alternativa	1225
31.4.2.2.2.2.4 <i>Mutatio libelli</i> no Tribunal do Júri	1226
31.4.2.2.2.2.5 Procedimento	1226
31.4.2.2.2.2.6 <i>Mutatio libelli</i> em segunda instância	1227
31.4.2.2.2.3 Regramento comum à <i>emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i>	1228
31.4.2.2.2.3.1 Mudança na espécie de ação penal	1229
31.4.2.2.3 Entre a racionalidade, controlabilidade, integridade e coerência ..	1229
31.4.2.3 Dispositivo	1230
31.4.2.4 Autenticação	1231
31.4.3 Sentença absolutória	1231
31.4.3.1 Fundamentos da absolvição	1232
31.4.3.2 Efeitos da sentença absolutória	1234
31.4.4 Sentença condenatória	1235
31.4.4.1 Fixação da pena privativa de liberdade	1236
31.4.4.1.1 Fixação da pena base (primeira fase)	1237
31.4.4.1.1.1 Circunstâncias judiciais	1238
31.4.4.1.2 Fixação da pena intermediária (segunda fase)	1243
31.4.4.1.2.1 Agravantes genéricas	1244
31.4.4.1.2.1.1 Reincidência (art. 61, I, do CP)	1246
31.4.4.1.2.1.2 Motivo fútil ou torpe (art. 61, II, “a”, do CP)	1252
31.4.4.1.2.1.3 Crime praticado para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime (art. 61, II, “b”, do CP)	1252

SUMÁRIO

31.4.4.1.2.1.4 Crime praticado com traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulta ou torna impossível a defesa do ofendido (art. 61, II, “c”, do CP).....	1252
31.4.4.1.2.1.5 Crime praticado com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum (art. 61, II, “d”, do CP).....	1253
31.4.4.1.2.1.6 Crime praticado contra descendente, ascendente, irmão ou cônjuge (art. 61, II, “e” do CP).....	1253
31.4.4.1.2.1.7 Crime praticado com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica (art. 61, II, “f”, do CP) ..	1253
31.4.4.1.2.1.8 Crime praticado com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão	1254
31.4.4.1.2.1.9 Crime praticado contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida (art. 61, II, “h” do CP).....	1254
31.4.4.1.2.1.10 Crime praticado quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade (art. 61, II, “i”, do CP).....	1255
31.4.4.1.2.1.11 Crime praticado em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido (art. 61, II, “j”, do CP).....	1255
31.4.4.1.2.1.12 Crimes praticados em estado de embriaguez preordenada (art. 61, II, “l”, do CP).....	1255
31.4.4.1.2.1.13 Agravantes nos crimes praticados por duas ou mais pessoas (art. 62 do CP).....	1255
31.4.4.1.2.2 Atenuantes genéricas	1256
31.4.4.1.2.2.1 Ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença (art. 65, I, do CP).....	1256
31.4.4.1.2.2.2 Desconhecimento da lei (art. 65, II, do CP)	1257
31.4.4.1.2.2.3 Ter o agente cometido o crime por motivo de relevante valor social ou moral (art. 65, III, “a”, do CP)	1257
31.4.4.1.2.2.4 Ter o agente procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano (art. 65, III, “b” do CP).....	1258
31.4.4.1.2.2.5 Ter o agente cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima (art. 65, III, “c”, do CP).....	1258
31.4.4.1.2.2.6 Ter o agente confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime (art. 65, III, “d”, do CP).....	1259
31.4.4.1.2.2.7 Ter o agente cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou.....	1260
31.4.4.1.2.3 Atenuantes inominadas.....	1260

31.4.4.1.3 Fixação da pena definitiva (terceira fase)	1261
31.4.4.1.4 Fixação do regime de cumprimento da pena	1263
31.4.4.1.5 Detração penal	1265
31.4.4.2 Substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos	1265
31.4.4.2.1 Espécies	1266
31.4.4.2.2 Requisitos	1268
31.4.4.2.3 Substituição nos crimes dolosos	1268
31.4.4.2.4 Substituição nos crimes culposos e preterdolosos	1269
31.4.4.2.5 Regras da substituição	1269
31.4.4.3 Fixação da pena de multa	1270
31.4.4.3.1 Pena de multa no concurso de crimes	1271
31.4.4.3.2 Multa substitutiva ou vicariante	1272
31.4.5 Publicação da sentença	1272
31.4.5.1 Esgotamento da instância	1273
31.4.6 Intimação da sentença	1273
31.5 Síntese gráfica	1276
31.6 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço	1279
31.6.1 Gabaritos	1281

32 NULIDADES	1285
32.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos	1285
32.2 Introdução: Ainda existe um sistema de nulidades? Entre Luhmann e a <i>Common Law</i>	1285
32.3 Natureza jurídica	1290
32.4 Espécies de vícios processuais	1290
32.4.1 Atos inexistentes	1291
32.4.2 Irregularidades	1292
32.4.3 Nulidades	1292
32.4.3.1 Nulidade absoluta	1293
32.4.3.2 Nulidades relativas	1294
32.5 Princípios relativos às nulidades	1294
32.5.1 Princípio da instrumentalidade das formas	1294
32.5.2 Princípio da causalidade	1296
32.5.3 Princípio do interesse	1296
32.6 Nulidades em espécie	1297
32.6.1 Por incompetência, suspeição ou suborno do juiz (art. 564, I)	1297
32.6.2 Ilegitimidade de parte (art. 564, II)	1299
32.6.3 Falta da denúncia, queixa, representação ou requisição do Ministro da Justiça (art. 564, III, a)	1299
32.6.4 Ausência do exame do corpo de delito nos crimes que deixam vestígios (art. 564, III, b) ..	1300
32.6.5 Falta de nomeação de defensor ao réu presente, que o não tiver, ou ao ausente, e de curador ao menor de 21 anos (art. 564, III, c)	1301
32.6.6 Não intervenção do Ministério Público (art. 564, III, d)	1301
32.6.7 Ausência de citação, do interrogatório do acusado e de concessão dos prazos à acusação e à defesa (art. 564, III, e)	1302
32.6.8 No procedimento do Tribunal do Júri (art. 564, III, f, g, h, i, j, k e l)	1304
32.6.9 Ausência de sentença (art. 564, III, m)	1306
32.6.10 Falta do recurso de ofício nos casos que a lei o tenha estabelecido (art. 564, III, n)	1306
32.6.11 Ausência de intimação de decisões recorríveis (art. 564, III, o)	1306
32.6.12 Falta de quorum legal para o julgamento nos Tribunais Superiores e nos Tribunais de 2º grau (art. 564, III, p)	1307
32.6.13 Omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato (art. 564, IV)	1307
32.6.14 Carência de fundamentação na decisão (art. 564, V)	1308

SUMÁRIO

32.7 Momento para arguição das nulidades	1308
32.8 Convalidação dos atos processuais.....	1310
32.9 Jurisprudência do STJ.....	1311
32.10 Síntese gráfica.....	1314
32.11 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	1315
32.11.1 Gabaritos.....	1318

TÍTULO IX

RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

33 TEORIA GERAL DOS RECURSOS.....	1321
33.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	1321
33.2 Introdução e conceito	1321
33.3 Classificação	1322
33.4 Fundamento – Duplo grau de jurisdição.....	1322
33.5 Princípios regentes.....	1324
33.5.1 Princípio da taxatividade.....	1324
33.5.2 Princípio da unirrecorribilidade das decisões.....	1324
33.5.3 Princípio da fungibilidade.....	1324
33.5.4 Princípio da dialeticidade	1326
33.5.5 Princípio da disponibilidade.....	1327
33.5.6 Princípio da complementariedade.....	1328
33.5.7 Princípio da variabilidade.....	1328
33.5.8 Princípio da substitutividade do recurso.....	1328
33.5.9 Princípio da colegialidade.....	1330
33.5.10 Princípio da voluntariedade – recurso de ofício.....	1331
33.5.11 Princípio da <i>non reformatio in pejus</i>	1332
33.5.11.1 <i>Reformatio in pejus indireta</i>	1334
33.5.11.1.1 <i>Reformatio in pejus</i> indireta nos julgamentos pelo Tribunal do Júri.....	1334
33.5.11.1.2 <i>Reformatio in pejus</i> indireta nos julgamentos realizados por juízo absolutamente incompetente.....	1336
33.6 Pressupostos de admissibilidade recursais.....	1337
33.6.1 Pressupostos de natureza objetiva	1338
33.6.1.1 Cabimento	1338
33.6.1.2 Adequação	1338
33.6.1.3 Tempestividade.....	1339
33.6.1.3.1 Prazo recursal.....	1340
33.6.1.4 Regularidade formal.....	1342
33.6.1.5 Inexistência de fato impeditivo.....	1344
33.6.1.6 Inexistência de fato extintivo.....	1345
33.6.2 Pressupostos de natureza subjetiva.....	1346
33.6.2.1 Legitimidade.....	1346
33.6.2.1.1 Legitimidade recursal do assistente da acusação	1348
33.6.2.2 Interesse recursal.....	1349
33.6.2.2.1 Interesse do Ministério Público.....	1350
33.6.2.2.2 Interesse da defesa.....	1351
33.7 Efeitos dos recursos.....	1352
33.7.1 Efeito obstativo.....	1352
33.7.2 Efeito devolutivo.....	1352
33.7.3 Efeito suspensivo.....	1355
33.7.3.1 Atribuição anômala de efeito suspensivo.....	1355

33.7.4 Efeito regressivo, iterativo ou diferido.....	1356
33.7.5 Efeito extensivo.....	1356
33.7.6 Efeito substitutivo.....	1357
33.7.7 Efeito translativo.....	1359
33.7.8 Efeito dilatatório-procedimental.....	1359
33.8 Direito intertemporal.....	1359
33.9 Síntese gráfica.....	1360
33.10 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	1363
33.10.1 Gabarito.....	1364

34 RECURSOS EM ESPÉCIE..... 1367

34.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	1367
34.2 Apelação.....	1367
34.2.1 Espécies.....	1368
34.2.1.1 Apelação ampla e apelação restrita.....	1368
34.2.1.2 Apelação principal e apelação subsidiária.....	1368
34.2.1.3 Apelação de rito ordinário e sumário.....	1368
34.2.1.4 Apelação adesiva.....	1369
34.2.2 Requisitos e processamento.....	1370
34.2.2.1 Cabimento e adequação.....	1370
34.2.2.1.1 Sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular.....	1370
34.2.2.1.2 Decisões definitivas, ou com força de definitivas, proferidas por juiz singular nos casos de não cabimento de RSE.....	1371
34.2.2.1.3 Decisões do Tribunal do Júri.....	1371
34.2.2.2 Tempestividade.....	1378
34.2.2.3 Regularidade formal e procedimento.....	1379
34.2.3 Competência.....	1380
34.2.4 Efeitos.....	1380
34.3 Recurso em sentido estrito.....	1383
34.3.1 Requisitos e processamento.....	1384
34.3.1.1 Cabimento e adequação.....	1384
34.3.1.1.1 Rejeição da denúncia ou queixa (inc. I).....	1385
34.3.1.1.2 Concluir pela incompetência do juízo (inc. II).....	1386
34.3.1.1.3 Julgar procedente as exceções, exceto a de suspeição (inc. III).....	1386
34.3.1.1.4 Pronúncia (inc. IV).....	1387
34.3.1.1.5 Decisões acerca de prisão e liberdade provisória (incs. V e VII)....	1387
34.3.1.1.6 Declara ou rejeita pedido de extinção da punibilidade (incs VIII e IX).....	1388
34.3.1.1.7 Decisão que concede ou nega habeas corpus (inc. X).....	1389
34.3.1.1.8 Anula o processo no todo ou em parte (inc. XIII).....	1389
34.3.1.1.9 Denega a apelação ou a julga deserta (inc. XV).....	1390
34.3.1.1.10 Ordena a suspensão do processo por questão prejudicial (inc. XVI).....	1391
34.3.1.1.11 Decide incidente de falsidade documental (inc. XVIII).....	1391
34.3.1.1.12 Recusa a homologação de ANPP (inc. XXV).....	1391
34.3.1.1.13 Decisão que inclui ou exclui jurado da lista geral (inc. XIV).....	1392
34.3.1.1.14 Decisões que versam sobre pena e medida de segurança (incs. XI, XII, XVII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII e XXXIV).....	1392
34.3.1.1.15 Hipóteses de recurso em sentido estrito previstas na Legislação Especial.....	1393
34.3.1.2 Tempestividade.....	1393
34.3.1.3 Regularidade formal e procedimento.....	1394

SUMÁRIO

34.3.2 Competência	1395
34.3.3 Efeitos.....	1395
34.4 Embargos de declaração.....	1397
34.4.3.1 Cabimento e adequação	1398
34.4.3.2 Tempestividade.....	1399
34.4.3.3 Regularidade formal e procedimento.....	1400
34.4.1 Competência.....	1400
34.4.2 Efeitos	1401
34.5 Embargos infringentes e de nulidade	1403
34.5.1 Requisitos e processamento.....	1403
34.5.1.1 Cabimento e adequação	1403
34.5.1.2 Tempestividade.....	1405
34.5.1.3 Regularidade formal e procedimento.....	1405
34.5.1.4 Efeitos	1406
34.6 Carta testemunhável.....	1407
34.6.1 Requisitos e processamento.....	1407
34.6.1.1 Cabimento e adequação	1407
34.6.1.2 Tempestividade.....	1408
34.6.1.3 Regularidade formal e procedimento.....	1408
34.6.1.4 Efeitos	1409
34.7 Correição parcial.....	1410
34.7.1 Requisitos e processamento.....	1410
34.7.1.1 Cabimento e adequação	1410
34.7.1.2 Tempestividade.....	1410
34.7.1.3 Regularidade formal e procedimento.....	1411
34.7.1.4 Efeitos	1411
34.8 Agravo em execução.....	1412
34.9 Recurso Especial e Extraordinário	1412
34.9.1 Conceitos comuns a ambos os recursos.....	1413
34.9.1.1 Órgão prolator da decisão impugnada.....	1413
34.9.1.2 Causa decidida em única ou última instância	1413
34.9.1.3 Questão de fato e questões de direito.....	1413
34.9.1.4 Prequestionamento.....	1414
34.9.2 Requisitos e processamento.....	1416
34.9.2.1 Cabimento e adequação	1416
34.9.2.1.1 Recurso Extraordinário.....	1416
34.9.2.1.2 Recurso Especial.....	1418
34.9.2.2 Tempestividade.....	1419
34.9.2.3 Regularidade formal e procedimento.....	1419
34.9.2.4 Efeitos.....	1421
34.10 Síntese gráfica.....	1422
34.11 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	1428
34.11.1 Gabarito.....	1433
35 REVISÃO CRIMINAL.....	1435
35.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	1435
35.2 Introdução.....	1435
35.3 Natureza jurídica – ação autônoma de impugnação	1436
35.4 Condições da ação.....	1436
35.4.1 Possibilidade jurídica do pedido	1436
35.4.2 Interesse de agir.....	1437
35.4.3 Legitimidade.....	1437

35.5 Pressupostos processuais.....	1439
35.6 Competência	1439
35.7 Hipóteses de cabimento	1440
35.7.1 Contrariar texto expresso de lei penal (art. 621, I).....	1440
35.7.2 Contrariar a evidência dos autos (art. 621, I).....	1443
35.7.3 Decisão fundada em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos (art. 621, III).....	1444
35.7.4 Descoberta de novas provas de inocência do condenado ou de circunstância que determine ou autorize diminuição especial da pena (art. 621, III).....	1444
35.8 Procedimento	1445
35.9 Indenização por erro judiciário.....	1446
35.10 Casuística jurisprudencial.....	1447
35.11 Síntese gráfica.....	1448
35.12 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	1448
35.12.1 Gabaritos.....	1450
36 HABEAS CORPUS.....	1451
36.1 Como o assunto é abordado em provas e concursos.....	1451
36.2 Introdução	1451
36.3 Natureza jurídica - ação constitucional.....	1452
36.4 Condições da ação.....	1452
36.4.1 Possibilidade jurídica do pedido.....	1452
36.4.2 Interesse de agir	1452
36.4.3 Legitimidade.....	1453
36.4.3.1 Legitimidade ativa	1453
36.4.3.2 Legitimidade passiva.....	1454
36.4.4 Pressupostos processuais.....	1454
36.4.5 Competência	1454
36.5 <i>Habeas corpus</i> preventivo e liberatório - cabimento.....	1455
36.5.1 <i>Habeas corpus</i> coletivo.....	1457
36.6 Procedimento	1459
36.7 Recursos	1460
36.7.1 Recurso ordinário constitucional.....	1461
36.8 Casuística jurisprudencial.....	1462
36.9 Síntese gráfica	1464
36.10 Revisão do capítulo por questões de concursos e assertivas de reforço.....	1464
36.10.1 Gabaritos.....	1466
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	1467